

**Economistas prevêem que taxa de crescimento perto de 5% só será mantida por 1 ou 2 anos**

FERNANDO DANTAS

**O** Brasil corre o risco de ter de desacelerar o ritmo atual de crescimento econômico, próximo de 5% ao ano, para algo entre 3% e 4%. O problema é a taxa de investimento, em torno de 19% do PIB. Para diversos economistas, o crescimento atual pode ser mantido por um ano ou dois, depois de seis anos de estagnação. No médio prazo, porém, o ritmo de 5% deve levar à inflação ou a problemas nas contas externas - a não ser que a taxa de investimento suba para perto de 25% do PIB.

"Do jeito que está hoje, sem levar em conta alguma capacidade ociosa, acho difícil crescer num ritmo superior a 4% ao ano", diz Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central (BC). Para Luiz Guilherme Schymura, presidente do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), "com a taxa de investimento de 19% não dá para crescer mais que 3%". Tanto Schymura quanto Fraga referem-se ao médio prazo.

Uma notável exceção nesse debate é o deputado federal Delmi Neto (PP-SP), que vem defendendo a idéia de que o crescimento provoca o aumento de investimento necessário para sustentar o ritmo de expansão.

Já os economistas preocupados com o baixo nível dos investimentos acham que o governo precisa pisar fundo no acelerador do programa de reformas econômicas. Dessa forma, a taxa de investimento pode subir em velocidade suficiente para evitar a desaceleração.

"Para manter esse ritmo, tem de haver continuidade no processo estrutural de melhoria da economia brasileira", recomenda José Alexandre Scheinkman, da Universidade de Princeton. "O risco é de médio prazo e depende de ações a serem tomadas ao longo do caminho", acrescenta Fraga.

Os economistas se referem a um conjunto muito amplo e diversificado de reformas. O maior foco hoje é na agenda microeconômica ou pró-mercado, que inclui a racionalização do mercado de crédito, do sistema imobiliário, dos regime tributário e trabalhista, etc.

Na macroeconomia, Edward Amadeo, da consultoria Tendências, elogia a elevação da meta de superávit fiscal primário (exclui juros) de 2004, de 4,25% para 4,5% do PIB, e defende 5% para 2005: "Faz uma grande diferença se o País estiver disposto a poupar o excesso de arrecadação". Mas, para Amadeo, o governo ainda falha na regulação de energia, transporte e portos.

Marcos Lisboa, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, diz que "o que cabe agora é aproveitar este bom momento para fazer reformas, para que não tenhamos apenas um bom ciclo de expansão, mas o começo de uma trajetória mais longa". Para Lisboa, "é preciso criar condições para o aumento do investimento privado, reduzindo o custo do capital e alongando os prazos da poupança".

Ele afirma que o governo está fazendo sua parte: "Desde agosto, já saíram 18 medidas de desoneração tributária". Ele cita a redução do Imposto de Renda (IR) de 20% para 15% nas aplicações de médio e longo prazos, o novo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) com IR decrescente, a conta investimento (com CPMF zero), a depreciação acelerada de bens de capital, a diminuição do prazo de compensação do PIS/Cofins para bens de capital e reduções tributárias para fertilizantes,

esta básica e investimentos portuários.

Lisboa menciona também, entre itens já em vigor ou em implantação, o pacote de incentivos e racionalização tributária e legal da construção civil, a Lei de Falências – agora associada

a um projeto de Fernando Bezerra (PTB-RN) de parcelamento de dívidas fiscais – o drástico programa de desoneração para pequenas e microempresas, o cadastro positivo de crédito, as leis de Inovação e das Parceria Público-Privadas

(PPPs), iniciativas para agilizar abertura, fechamento e gestão de empresas e novos instrumentos de crédito e securitização do setor agrícola.

Schymura elogia esses esforços, mas defende medidas que envolvem desafios bem maiores:

reformas trabalhista e política, aumento da idade da aposentadoria e reforma tributária profunda. O economista, ex-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), exemplifica: a tributação das telecomunicações no Brasil

sil, de mais de 40%, é recorde mundial. Em segundo lugar vem a Suécia, com 28%. Nos Estados Unidos, o peso das alíquotas cai para 3%. Para ele, esse tipo de obstáculo ao investimento ainda está longe de ser devidamente encarado no Brasil.

